REVISTA Linhas

e-ISSN 1984-7238

Fé, práticas e simbolismos: a formação de professoras para o ensino primário em Ribeirão, Pernambuco (1953-1966)

Resumo

Este texto tem como objetivo analisar aspectos da cultura escolar da Escola Normal Regional Savina Petrilli, localizada na cidade de Ribeirão, Mata Sul de Pernambuco, cujo foco era a formação de professores no período de 1953 a 1966. Com isso, busca compreender a organização do currículo escolar e das práticas pedagógicas, assim como o perfil das alunas, entendidos como elementos da cultura escolar. A metodologia baseia-se na análise bibliográfica e documental, utilizando livros de matrículas, fichas individuais, decretos-leis, boletins, fotografias, relatórios do Inep e regulamentos estaduais. A delimitação temporal abrange desde a fundação do curso normal regional até a sua transformação em curso colegial normal, para atender as mudanças promovidas pela Lei n.º 4.024/1961, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil. Como resultado, a análise da cultura escolar evidenciou que o currículo, ao mesmo tempo em que difundia valores da fé católica por meio de práticas simbólicas de dominação e vigilância, também favorecia a construção de novas possibilidades de profissionalização para as mulheres no campo educacional.

Palavras-chave: cultura escolar; formação de professoras; currículo; práticas pedagógicas.

Anna Paula Ferreira de Melo Frazão
Universidade de Pernambuco – UPE – Nazaré da Mata/PE – Brasil
anna.paulamelo@upe.br

Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Universidade de Pernambuco – UPE – Nazaré da Mata/PE – Brasil
virginia.avila@upe.br

Para citar este artigo:
FRAZÃO, Anna Paula Ferreira de Melo; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. Fé, práticas e simbolismos: a formação de professoras para o ensino primário em Ribeirão, Pernambuco (1953-1966). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 27, n. 64, p. 409-432, maio/ago. 2026.

DOI: 10.5965/1984723827642026409
http://dx.doi.org/10.5965/1984723827642026409

Faith, practices and symbolisms: the training of elementary school teachers in Ribeirao, Pernambuco (1953-1966)

Abstract
The text analyzes aspects of the school culture at Savina Petrilli Regional Normal School, focused on teacher training from 1953 to 1966 in Ribeirão, state of Pernambuco. It seeks to comprehend the organization of the school curriculum and teaching practices, as well as the profile of the students, understood as elements of school culture. The methodology is based on a review of the literature and documentary analysis, using enrollment records, individual student files, statutory decrees, report cards, photographs, Inep (Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research) reports, and state regulations. The time frame ranges from the creation of the regional teaching course until its transformation into a regular course, in response to the changes brought about by Law No. 4024/1961, known as Brazil's first Law of Directives and National Educational Bases. As a result, the analysis of school culture revealed that the curriculum, while disseminating Catholic values through symbolic practices of domination and surveillance, also fostered the creation of new professional opportunities for women in the field of education.

Keywords: school culture; teacher training; curriculum; pedagogical practices.

Fe, prácticas y simbolismos: la formación de maestros para la educación primaria en Ribeirão, Pernambuco (1953-1966)

Resumen
El texto analiza aspectos de la cultura escolar de la Escuela Normal Regional Savina Petrilli, centrándose en la formación docente en el período de 1953 a 1966, en Ribeirão, Pernambuco. Se enfoca en el perfil de los estudiantes, el currículo escolar y las prácticas pedagógicas, a partir de libros de matrícula, formularios individuales, decretos-leyes, boletines e informes del Inep y normativas estatales. La delimitación temporal abarca desde la creación de la institución hasta el cambio de nomenclatura y su finalidad promovido por la legislación educativa. Los estudios sobre la cultura escolar ayudan a entender esta escuela no solo como un espacio de transmisión de contenidos, sino también como un entorno que tiene una cultura propia, construida a partir de interacciones, prácticas y significados. En general, los estudiantes vivían en áreas céntricas de la ciudad, lo que indica que pertenecían a los estratos medios y altos de la sociedad de Ribeirão. El plan de estudios, además de la formación general y específica, buscaba difundir los valores de la fe católica.

Palabras clave: cultura escolar; formación del profesorado; currículo; prácticas pedagógicas.

Introdução

As escolas normais tiveram um papel fundamental na formação de professores primários no Brasil, principalmente a partir do século XIX, quando o país começou a se organizar em termos de educação pública (Rosa; Búrigo, 2020; Tanuri, 2000). Mas foi entre o final da década de 1940 e o início da década de 1970, como aponta Souza-Chaloba (2022, p. 1), que "ocorreram várias experiências de formação de professores para escolas primárias rurais no Brasil", envolvendo a ação das congregações religiosas e do poder público municipal e estadual. Essas escolas, destinadas à formação de professores primários para as áreas rurais, receberam várias denominações, como escola normal rural, escola normal regional, curso normal regional, curso normal rural, dependendo da trajetória institucional e da regulamentação estadual.

Em estudo sobre o tema, Andrade (2020) considera que historicamente é possível separar o processo de formação de professores para as escolas rurais em duas fases. A primeira, marcada pela publicização de propostas e concepções que estimulavam iniciativas oficiais voltadas à elaboração de currículos e programas específicos e pelos intensos debates entre os adeptos do "ruralismo pedagógico" e da "escola nova" – fase essa que, segundo o autor, coincidiria com os 15 anos da Era Vargas (1930-1945). Já a segunda fase foi iniciada oficialmente com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN), em janeiro de 1946, no curto governo de José Linhares (1946-1946), marcado pela criação e expansão dos cursos normais regionais, destinados à formação de regentes do ensino primário, que assumiriam como professores nas escolas primárias rurais.

A LOEN regulamentou o curso normal regional como uma alternativa às ideias trazidas pela ruralização do ensino[1], como uma possibilidade de disseminação dos cursos normais de 1.º ciclo no interior do país, o que, de certa forma, possibilitou a ampliação do número de escolas normais nas pequenas cidades do interior.

[1] A esse respeito, ver balanço sobre a trajetória da Educação Rural no Brasil, nos séculos XIX e XX, realizado por Chaloba e Domingos Moraes (2002), intitulado "200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação". Nesse artigo, as autoras destacam as propostas para a educação da infância nas áreas rurais, o movimento pela ruralização do ensino e a institucionalização da escola primária no campo.

Diferentemente das escolas normais rurais, que possuíam finalidade, currículo e público específicos, as escolas normais regionais possuíam um caráter mais amplo, visando a interiorização da formação docente. Essas escolas funcionavam como centros regionais de formação de professores, preparando profissionais para atuar tanto em áreas urbanas quanto rurais, contribuindo para o acesso à profissionalização docente. Para Andrade (2020, p. 165), a implantação dos cursos normais regionais surgiu "[...] como instituição singular vinculada às realidades econômica e sociais definidoras da vivência das populações não urbanas do país durante a vigência do governo de Eurico Dutra (1946-1951), que representou o retorno do país a uma ordem política institucional." O fim dessa fase ocorreu com a promulgação da LDB de 1971, marcando também o fim de um ciclo específico na história da formação de professores (Souza-Chaloba, 2022).

Uma análise da formação de professores no Brasil e do fechamento das escolas e cursos normais rurais e regionais revela muito sobre a história da educação no país, especialmente no que diz respeito às múltiplas desigualdades e especificidades do ensino nas cidades do interior.

Em 1951, segundo dados do Inquérito do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, as instituições de ensino normal da rede particular representavam 69,41% da oferta em território nacional. As escolas estaduais e municipais tinham, em média, matrícula maior que os estabelecimentos particulares. Mesmo assim, o número total de alunos era maior no ensino particular, perfazendo 51,30%. De modo geral, os cursos normais eram considerados pequenos, uma vez que a matrícula média era inferior a 100 estudantes em todas as séries. O inquérito analisou 438 escolas normais, das quais apenas 13,70% podem ser classificadas como escolas rurais (Brasil, 1951).

Em Pernambuco, a ação da Igreja Católica na interiorização do curso normal, visando a formação de professores primários rurais, foi expressiva entre as décadas de 1930 e 1950 (Azevedo et al., 2020, Bandeira, 2018, Silva, 2016), com a instalação de escolas normais regionais que passaram a ter a função de formar professores também para as escolas rurais.-Ressalta-se que "Família e religião são pilares dessa educação quase que exclusivamente privada" (Perrot, 2019, p. 94).

Essas escolas gozavam de grande prestígio junto à sociedade local, entre outros fatores porque

> os colégios se esforçavam por brilhar. Como eram quase sempre os únicos nas pequenas cidades, localidades onde se situavam, sobressaíam necessariamente. Os colégios das freiras eram sempre os mais organizados, disciplinados, exigentes (Azzi, 2008, p. 156).

Entre 1926 e 1957, foram criadas, em Pernambuco, 17 escolas normais regionais, nas cidades de Petrolina, Vitória de Santo Antão, Triunfo, Bom Conselho, Caruaru, Belém do São Francisco, Belo Jardim (3), Surubim, Serra Talhada, Bezerros, Igaraçu, Carpina, Catende e Pedra (BRASIL, 1959), e assim foi também na cidade de Ribeirão com a Escola Normal Regional Savina Petrilli (ENRSP), fundada em 1953, pela Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena.

Localizada na Mata Sul de Pernambuco, a 87 km da capital do estado, a cidade de Ribeirão é conhecida como "Princesa dos Canaviais", devido à sua vasta área rural dedicada ao cultivo de cana-de-açúcar. Na década de 1950, o município também integrou o setor têxtil-algodoeiro pernambucano, com sua população distribuída entre o trabalho nos engenhos de cana de açúcar e na fábrica de fiação e tecelagem.

A forte influência do catolicismo, o fortalecimento da economia local, impulsionado pela expansão ferroviária do início do século, e a demanda pela escolarização da população compunham o cenário ideal para a abertura de um curso normal, o que representaria um diferencial para a cidade e uma oportunidade de maior instrução e profissionalização para as moças[2] da região. Atento a toda essa movimentação, o Pe. Mousinho, pároco da cidade, juntamente com as irmãs savinianas, e contando com o apoio de autoridades locais e da comunidade, passou a empreender esforços a fim de incluir Ribeirão na rota de interiorização das escolas normais (Frazão, 2024).

A fundação da ENRSP estava diretamente ligada às obras sociais da Igreja Católica realizadas pelo Pe. Mousinho, na função de inspetor de ensino, e pelas religiosas da congregação italiana, que atuavam como diretora e professoras. A escola oferecia o curso normal de 1.º ciclo, conforme previsto na LOEN. Destinado exclusivamente para

[2] Expressão utilizada no histórico do Colégio Savina Petrilli para se referir ao público atendido pela instituição quando de sua fundação. Neste texto, ao nos referirmos à educação voltada a esse público, optamos por utilizar também a expressão 'educação feminina'.

moças, embora cobrasse mensalidade, o curso também atendia algumas alunas gratuitamente, reservando um percentual de 25% a 30% do número de vagas oferecidas.

Para Nosella e Buffa (2013, p. 362), "a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar estão condicionados por uma determinada sociedade que, por sua vez, é influenciada pelos rumos que a escola venha a tomar". Desse modo, um estudo sobre a instituição escolar não deve ser visto isoladamente, mas como parte de um processo contínuo de interação entre a escola e o contexto social e político que a envolve.

Nesse texto, analisamos aspectos da cultura escolar da Escola Normal Regional Savina Petrilli, considerando a organização do currículo escolar e das práticas pedagógicas, bem como o perfil das alunas como elementos constituintes da cultura escolar, expressos nas suas rotinas, práticas e valores.

O marco temporal abrange o ano de fundação da ENRSP, através da Portaria n.º 2.737 de 31 de dezembro de 1953, até a sua transformação em Colégio Normal Savina Petrilli, por meio do Ato n.º 2264 de 26/03/1966. Esse intervalo de tempo é significativo, pois inclui desde a criação e a consolidação da instituição até sua adaptação às mudanças promovidas pela legislação educacional. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 4.024, de 20 de dezembro 1961, trouxe novas diretrizes para a formação de professores, com destaque para o capítulo IV, intitulado "Da Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio" (Brasil, 1961), que regulamentou o curso normal, mantendo a dualidade já prevista pela legislação anterior. A transformação da Escola Normal Regional Savina Petrilli em colégio normal, em 1966, reflete, portanto, o impacto dessa nova legislação na estrutura e funcionamento da instituição, além de evidenciar a continuidade de um modelo educacional que visava à formação de professores, principalmente para o ensino primário, em consonância com os rumos definidos pela legislação.

A pesquisa insere-se no campo da História da Educação, apoiando-se nos estudos sobre cultura escolar sob a perspectiva de Julia (2001), ou seja, como um conjunto de normas que definem os conhecimentos a serem ensinados e as condutas a serem inculcadas, bem como um conjunto de práticas que possibilitam a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. Segundo Julia (2001), as

escolas não devem ser vistas unicamente como espaços dedicados à transmissão de conteúdos curriculares, mas também como ambientes que possuem uma cultura própria, construída a partir das interações, práticas e significados. Além das contribuições mencionadas, uma outra abordagem relevante sobre a cultura escolar é a de Barroso (2012, p. 195), que define a cultura escolar como "expressão sui generis dos valores, hábitos, comportamentos, transmitidos pela forma escolar de educação a partir de determinados exteriores".

No que diz respeito ao currículo e às práticas pedagógicas, recorremos a Viñao Frago (2012), que enfatiza a estreita relação entre as disciplinas que compõem o currículo de uma instituição e o tipo de formação que busca oferecer. Para Julia (2001, p. 17), "a escola deixa de ser apenas um local de aprendizagem e de saberes para tornar-se também um lugar de incorporações dos comportamentos ensinados".

Em relação aos procedimentos metodológicos, inicialmente foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico sobre escolas normais rurais e escolas normais regionais, buscando identificar suas diferenças. A segunda etapa consistiu em análise documental, a partir da localização e mapeamento das fontes nos arquivos das escolas extintas da Gerência Regional de Ensino (GRE) da Mata Sul de Pernambuco, para onde parte dos documentos da Escola foi levada após o encerramento de suas atividades, em 2016, e no acervo da Biblioteca Pública Municipal de Ribeirão.

Foram localizados os dossiês individuais das alunas, contendo certificado do exame admissional, requerimento de matrícula, atestado de saúde, fichas de matrícula, boletins, diplomas, ficha de educação física, comprovante de vacinação, livro de atas (reuniões, resultados finais, recebimento de subvenções, solenidade de entrega de diplomas), além de documentos institucionais (regimento interno, quadro de horário, currículo, calendário, histórico e quadro de matrículas). Também foram consultados decretos-leis, boletins e relatórios do Inep, leis e regulamentos estaduais.

O texto está estruturado em duas seções. Na primeira, "Notas sobre o currículo", discutem-se aspectos do currículo e das práticas pedagógicas da Escola Normal Regional Savina Petrilli, estabelecendo relações com a Lei Orgânica do Ensino Normal e com o decreto que regulamentou o curso normal regional no estado de Pernambuco, em 1952. A segunda seção, "Indicativos do perfil da primeira turma de normalistas", apresenta uma

análise do perfil das alunas que fizeram parte da primeira turma, formadas pela instituição em 1957. Por fim, nas "Considerações finais", nos limites deste estudo, são apontadas possibilidades para futuras pesquisas.

Notas sobre o currículo

O conjunto de disciplinas, práticas e saberes que moldaram o currículo e a formação das normalistas na ENRSP foi elaborado seguindo um programa estruturado com base nas leis nacionais e estaduais do ensino normal. Essas leis, por sua vez, expressavam o tipo de conhecimento e de educação a serem disseminados nessas instituições (Moraes, 2014).

O Decreto-Lei Federal n.º 8.530, de 02 de janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal (LOEN), buscou uniformizar o currículo do ensino normal, determinando as disciplinas básicas a serem adotadas em cada série, dividiu a formação de professores em dois ciclos – o primeiro, ou curso de regentes de ensino primário, e o segundo, ou curso de formação de professores primários – e definiu o tipo de estabelecimento destinado a cada curso e a duração mínima. Aos estados caberia elaborar a legislação complementar para regular o funcionamento dos cursos, tendo a possibilidade de acrescentar disciplinas ou desdobrá-las a fim de alcançar uma maior eficiência. Além disso, a legislação de cada estado deveria definir o caráter específico do curso normal regional (1.º ciclo), adaptando-o de acordo com as necessidades regionais específicas (Brasil, 1946).

Em resposta a essa previsão, em 9 de janeiro 1952, o governador Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães aprovou e determinou a publicação do Decreto n.º 172, que regulamentava a formação de professores no estado de Pernambuco. Esse decreto estabelecia como principal atividade do ensino normal a promoção da formação e do aperfeiçoamento do pessoal docente necessário ao funcionamento das escolas primárias, quer no instituto de educação ou nas escolas normais oficiais e particulares, destinadas a oferecer o curso de formação de professores primários (segundo ciclo do ensino normal), ou nas escolas normais regionais oficiais e particulares, destinadas a oferecer o curso de regentes do ensino primário (primeiro ciclo da escola normal) (Pernambuco, 1952).

A Escola Normal Regional Savina Petrilli (ENRSP) foi fundada no ano de 1953, pelo Decreto n.º 172, para oferecer o curso normal regional ou de 1.º ciclo em Ribeirão. Com o objetivo de formar regentes do ensino primário, o curso correspondia ao ciclo ginasial do curso secundário, sendo um dos requisitos para o ingresso a conclusão do ensino primário de 1.ª a 4.ª série (Brasil, 1946). Com duração de cinco anos, conforme previsto no Decreto n.º 172/52, o curso superava em um ano o tempo estipulado pela Lei Orgânica do Ensino Normal - LOEN (Decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946).

O 1.º ciclo correspondia ao ginasial do curso secundário, com duração de quatro anos, e tinha como objetivo formar regentes do ensino primário, sendo ofertado nas Escolas Normais Regionais. Já o 2.º ciclo correspondia ao colegial do curso secundário, com duração de três anos, e tinha como objetivo formar professores do ensino primário, funcionando nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação (Saviani, 2009). A Lei Orgânica do Ensino Normal permaneceu em vigor até 1961, quando foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/61), no governo de João Goulart.

As disciplinas ministradas na ENRSP obedeciam, em geral, às disposições do decreto de 1952, que regulamentava o ensino normal em Pernambuco. Na 1.ª e 2.ª séries, eram ministradas as disciplinas de Português, Matemática, Geografia, Ciências Naturais, Desenho, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Educação Física e Religião. Na 3.ª série, as alunas estudavam Português, Matemática, História Geral, Ciências Naturais, Desenho, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Agricultura, Anatomia, Francês, Educação Física, Religião. Na 4.ª série, Português, História do Brasil, Higiene, Psicologia Educacional, Metodologia, Inglês, Desenho, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Avicultura, Educação Física, Religião. E, na 5.ª série, Português, Pedagogia, Sociologia Rural e Educacional, Metodologia Especial, Prática de Ensino, Geografia e História de Pernambuco, Desenho, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Educação Física, e Religião.

Essas disciplinas estiveram presentes no currículo da ENRSP durante todo o período em que a instituição ofereceu o curso para formação de regentes do ensino primário em Ribeirão. Havia um conjunto de disciplinas de natureza mais geral em todas as séries e matérias voltadas para a preparação das normalistas para o exercício da função docente, como Metodologia, e outras que visavam uma maior compreensão das

relações entre os indivíduos, como Psicologia, a partir da 4.ª série do curso. E, no último ano, a presença de disciplinas como Metodologia especial, Sociologia e Prática de ensino, destacando-se a disciplina de Metodologia, oferecida na 4.ª e 5.ª série, que se destinava à explicação sistemática dos programas de ensino primário, seus objetivos, indicações de processos e formas de ensino e, se necessário, revisão dos conteúdos a serem ensinados (Pernambuco, 1952).

A presença da psicologia educacional como disciplina no currículo dos cursos normais estaria ligada à necessidade de regular a prática dessas normalistas através de uma série de princípios pedagógicos que visavam articular metodologias de ensino mais criativas, que pudessem potencializar as faculdades mentais dos sujeitos escolares (Marinho, 2008). No exame de Antunes e Mastrobuono (2006), os conteúdos vivenciados nessa disciplina corresponderiam à aplicação dos conceitos da psicologia geral ou da especial à educação, sendo comum nas escolas confessionais católicas haver certa vigilância dos conteúdos ministrados, uma vez que essas instituições costumavam ter seus currículos afetados por valores e conceitos ligados a princípios da fé e da filosofia católica.

A inclusão de disciplinas como Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física no currículo das escolas normais, no âmbito da formação de professores, era um reflexo da preocupação com o bem-estar e equilíbrio dos alunos, acalmando-os para enfrentar outras atividades (Moraes; Santos, 2015). Ministradas na 5.ª série, essas disciplinas tinham como foco a orientação metodológica para a aplicação no grau primário (Pernambuco, 1952). No caso da disciplina de Canto Orfeônico, por exemplo, o objetivo não era formar músicos profissionais, mas, sim, criar um meio de popularizar a música, elevando o padrão artístico e o senso estético da população brasileira (Neiva, 2008).

Em relação à disciplina de Agricultura, especialmente em uma região como a Mata Sul de Pernambuco, observa-se que a instituição seguia as orientações da LOEN, que recomendava a adaptação do currículo à realidade local e às atividades econômicas predominantes, como a canavieira. As aulas de religião, por sua vez, previstas tanto na LOEN quanto no Decreto n.º 172/52, não eram obrigatórias, porém, no currículo da ENRSP, a disciplina foi incluída em todas as séries, sendo ministrada por uma das freiras. As alunas realizavam constantes visitas à capela, símbolo máximo da religiosidade, onde a devoção

estava presente como um dispositivo disciplinar. Como nos lembra Vinão Frago (2001, p. 75), ao analisar a dimensão educativa do espaço escolar, "o espaço não é neutro, sempre educa", ou seja, a capela pode ser apontada como elemento do currículo oculto das instituições confessionais, embora não se apresente de maneira explícita, como diz Arroyo (2013), mas se reflete na aprendizagem e na formação do aluno a partir do que foi almejado pelo currículo oficial.

Vieira da Costa (2003), em estudos sobre outra escola normal confessional na cidade de Timbaúba, entre 1938 e 1950, em Pernambuco, chama atenção para o currículo oculto, referindo-se às disciplinas que disseminavam normas consideradas adequadas para a formação das professoras. O currículo oficial do curso normal era dividido em grupos: I) os saberes destinados a formar uma mulher prendada e com um corpo perfeito (Trabalhos Manuais, Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física); II) os conhecimentos necessários à sua formação como católica (Religião); III) as disciplinas que preparavam as alunas para atuar na zona rural (Agricultura e Avicultura); IV) os saberes que serviriam à futura atuação como professoras (Psicologia, Metodologia, Pedagogia, Sociologia, Prática de Ensino); V) os conhecimentos que se destinavam a formar as futuras mães (Higiene, Puericultura); VI) as disciplinas que compunham a formação geral das alunas (Português, Matemática, Geografia, Ciências Naturais, História Geral, Inglês, Francês).

Considerando a ENRSP também como espaço de formação feminina, é possível inferir que a socialização dos conteúdos combinava ideias relacionadas à formação da mulher-mãe-professora, que pode ser representada, por exemplo, por meio da disciplina de Trabalhos Manuais, ofertada em todas as séries, demonstrando a estreita ligação entre os cursos normais e as mulheres, uma vez que esses cursos eram tidos como escolas de mulheres. Mas isso ocorre, principalmente, como alertou Almeida (1996, p. 4), "por se levar em consideração que o magistério, como profissão feminina, apresenta especificidades que o diferenciam das demais profissões, em que a tal feminização não ocorreu".

Em 1966, cinco anos após a publicação da LDB n.º 4024/61, a ENRSP passou a oferecer o curso normal de grau colegial, também chamado de curso pedagógico (sendo ambas as denominações encontradas nas documentações da instituição no período), de três séries anuais, no mínimo, conforme dispunha a alínea b do art. 53 da referida LDB,

passando então a formar professoras primárias, e não mais regentes (Brasil, 1961). Nesse momento, a escola deixou de ser chamada de escola normal regional, e recebeu a denominação de Colégio Normal Savina Petrilli.

> Em 1953, foi fundado o Curso Normal Regional, que foi reconhecido pelo ato n.º 2.736, de 31.12.1953. Em 1966, dando lugar ao Curso COLEGIAL NORMAL, foi extinto o curso Normal Regional. A obra passou a se chamar COLÉGIO NORMAL SAVINA PETRILLI. Este Curso colegial foi reconhecido pelo ato n.º 2.264, de 26.03.1966 (Colégio Savina Petrilli,1975).

Com essa mudança, as alunas puderam continuar seus estudos, como se pode verificar quando se compara a lista das alunas concluintes do curso normal regional, em 1965, com as alunas matriculadas na 1.ª série do curso normal colegial ou pedagógico, em 1966. A comparação das fichas individuais permite observar que, com a instalação do curso normal colegial, o curso passou a ter três séries anuais, e o currículo foi separado em três partes, com disciplinas de cultura geral (Português, Matemática, Anatomia, Biologia Educacional, Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B), Inglês), disciplinas específicas (Psicologia, Sociologia, Filosofia e História da Educação Iniciação à Escola Primária, Prática de Ensino, Orientação Educacional, Didática Geral, Didática da Linguagem, Didática da Matemática, Didática das Ciências Naturais e Sociais) e práticas educativas (Religião, Canto, Desenho, Educação Física).

A escola funcionava de segunda a sábado, com aulas pela manhã para os 2.º e 3.º anos, com início às 7 horas, e à tarde, de segunda a sexta-feira, para o 1.º ano, com início às 13 horas, juntamente com as turmas do 1.º ciclo, que continuaram até a conclusão da última turma. Cada aula tinha duração de 50 minutos e um intervalo de 10 minutos entre uma e outra, e as aulas de Educação Física eram realizadas no extraturno.

Para Escolano (2008, p. 33), "El tiempo, junto al espacio, constituye uno de los elementos estructurales y estructurantes de la cultura de la escuela". Portanto, a forma como uma escola organiza o tempo, por meio dos horários e calendários escolares, demarcando o ritmo do cotidiano, constitui importante elemento de sua cultura escolar. As determinabilidades e dinamismos presentes na organização da Escola Normal Regional Savina Petrilli contribuem para revelar aspectos de sua cultura escolar e de sua relação com a construção do tempo escolar.

Seguindo o disposto no título III do decreto pernambucano, intitulado *Da vida escolar,* que estabelece, no capítulo II, o regime escolar e didático, o ano letivo foi dividido em dois períodos: o primeiro de março a junho e o segundo de agosto a novembro, iniciando-se sempre no primeiro dia útil e terminando no final do mês. Esse título descreve também o trabalho escolar a ser realizado, consistindo em lições, exercícios e exames, de frequência obrigatória e com regime de ativa e constante colaboração entre professores e alunas, sendo permitido ao professor realizar trabalhos complementares, como pesquisas ou inquéritos, bem como atividades relacionadas com instituições escolares (Pernambuco, 1952).

De acordo com as disposições legais, em 1959, as matrículas da ENRSP começaram em 02 de fevereiro e as aulas, em 3 de março. De 16 a 27 de junho, realizaram-se as primeiras provas parciais, iniciando o período de férias no dia seguinte, com a reabertura das aulas em 1.º de agosto. Em 17 de novembro, teve início o 2.º período de provas parciais, seguido do exame oral, encerrando o ano escolar em 30 de novembro, com a primeira quinzena de dezembro reservada para exames de segunda época (Colégio Savina Petrilli, 1959).

Para a realização das provas e habilitação dos alunos, a instituição seguia o previsto no capítulo VII do Decreto n.º 172/52, sendo atribuída, além das notas referentes às provas escritas ou orais, notas mensais referentes ao aproveitamento do aluno na disciplina. Para ser considerada aprovada, a aluna deveria atingir média cinco por disciplina, considerando as notas de aproveitamento e das provas parciais e finais, caso contrário ainda teria direito de fazer "segunda época", constante de provas orais e escritas, nas quais deveria atingir também a média cinco (Colégio Savina Petrilli, 1975).

No livro de atas e relatórios da instituição, foram encontrados registros de outras práticas que faziam parte da rotina das alunas e da cultura escolar da instituição, como as orações antes do início das aulas, as missas realizadas na capela, os festivais artísticos com o objetivo de arrecadar fundos para a construção do prédio da escola, as atividades do Grêmio Lítero Musical Esportivo Madre Ana Virginia e do Clube de Leitura Irmã Maria Celeste Lustosa.

Ao valorizar conteúdos como instrução religiosa e moral, trabalhos manuais e canto orfeônico, a formação oferecida pela instituição contribuiu para moldar

comportamentos, atitudes e valores considerados socialmente adequados às mulheres da época. Nesse sentido, a análise do perfil das alunas contribui para a reflexão sobre suas expectativas e papéis sociais, bem como sobre o modo que o currículo e as práticas pedagógicas atuavam como mecanismos de conformação desse perfil, articulando a formação profissional e moral em consonância com as normas educacionais e culturais vigentes.

Indicativos do perfil da primeira turma de normalistas

A primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei n.º 10, de 1835, e visava habilitar pessoas para o magistério da instrução primária e aqueles professores que não possuíam formação adequada (chamados regentes leigos), em conformidade com a lei de 15 de outubro de 1827, que ordenou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Os pré-requisitos para ingresso limitavam-se a ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração (bons costumes) e saber ler e escrever (Tanuri, 2000). Em Pernambuco, a primeira instituição a oferecer o curso normal para mulheres foi a Escola Normal da Sociedade Propagadora da Instrução Pública[3] (1872), que depois passou a chamar-se Escola Normal Pinto Júnior (1893). A Escola Normal Oficial de Pernambuco foi criada pela Lei n.º 598 de 13 de maio de 1864, mas só abriu suas portas para as mulheres em 1875 (Bello, 1978). Durante esse período, foram criadas escolas normais em diversas capitais da província, como mostra o estudo de Tanuri (2000) sobre a história da formação de professores.

No Brasil, a Igreja Católica, especialmente durante o século XX, desempenhou um papel importante na criação das escolas normais para mulheres no interior do estado. Como refere Almeida (1996, p. 155), "as cidades do interior viram florescer vários estabelecimentos de ensino para onde iam as filhas dos fazendeiros, dos ricos negociantes e profissionais liberais da região onde se localizavam". O projeto contou com o apoio das famílias e autoridades, uma vez que a escola normal confessional, além

[3] Em seu livro "Subsídios para a História da Educação em Pernambuco", Ruy Bello destaca a iniciativa da Sociedade Propagadora da Instrução Pública como "pioneira na instituição do ensino normal para as mulheres, [...]". Funcionando à noite, o curso da "Propagadora", por especial concessão do governo, foi instalado na mesma casa em que, durante o dia, funcionava a Escola Normal Oficial (Bello, 1978. p. 125-126).

da formação de professores, destacou-se por formar jovens das classes sociais mais favorecidas, visando conciliar a profissão com a vida matrimonial (Tanuri, 2000).

Diante dessas considerações, entendemos que uma análise do perfil das alunas da turma pioneira da Escola Normal Regional Savina Petrilli (ENRSP), especialmente em diálogo com a história da educação em Pernambuco, oferece elementos para a compreensão dos simbolismos e visões de mundo que nortearam a filosofia da instituição. Esse tipo de análise permite, ainda, refletir sobre como as realidades históricas das instituições escolares são construídas e interpretadas, permitindo o conhecimento sobre elas, como sublinha Nóvoa (1996).

A ENRSP iniciou suas atividades em 1953 com o objetivo de atender exclusivamente o público feminino, como era comum nos cursos normais oferecidos pelas escolas confessionais católicas entre os séculos XIX e XX. No seu primeiro ano, foram matriculadas 25 alunas no 1.º ano do curso normal regional, as quais preencheram ficha de matrícula com seus dados pessoais. A instituição mantinha um livro com o registro dessas matrículas.

O corpo docente era composto majoritariamente pelas próprias freiras, que, em geral, lecionavam mais de uma disciplina e exerciam a função de direção da escola. A escola contava ainda com a presença do padre da cidade entre os professores, que também ocupava a função de inspetor de ensino. O requisito para contratação desses professores estava previsto no decreto que regulamentou o curso normal em Pernambuco, que exigia que os professores dos estabelecimentos particulares tivessem licenciatura em filosofia ou correspondente ao ensino da disciplina a ser lecionada, sendo a exigência dispensada sempre que não houvesse professores habilitados na localidade (Pernambuco, 1952).

Essa exceção foi muitas vezes justificada pelas escolas normais das cidades do interior devido à dificuldade de encontrar profissionais habilitados. Era comum que a contratação de professores fosse baseada em critérios como prestígio profissional, nível de instrução, conduta moral e representatividade na comunidade, como médicos, advogados e padres. Esse cenário se repetia na ENRSP, cujo corpo docente, em 1957, quando as primeiras normalistas concluíram o curso normal, era composto pelas freiras Ir. Naide S. de Araújo, Ir. Emília R. Diniz, Ir. Maria de Fátima Gomes, Ir. Maria do Socorro

Alencar e pelo padre José dos Santos Mousinho, que também foi inspetor escolar. Também fizeram parte o advogado Estênio Alves Leite, o médico renomado na região Júlio Costa, Lucinete Maria dos Santos e Maria da Conceição V. Lustosa –; não encontramos informações sobre a formação profissional dessas. A diretora da instituição era a Ir. Alice Queiroz Nasser. Essas informações estão registradas na ata da reunião dos professores, ocorrida em 22 de junho de 1957, quando foi eleito um representante para acompanhar a execução dos convênios firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e os estabelecimentos de ensino, conforme o Decreto n.º 34.494/1955, que definia as regras de aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio. O professor Dr. Estênio Alves Leite, que na época também era estagiário da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, assumiu essa função.

Para traçar o perfil da primeira turma da instituição, foram considerados dados como idade, filiação, profissão dos pais, endereço e local de nascimento. As informações estão disponíveis nas pastas individuais das alunas e nos livros de matrículas de 1953, totalizando 93 documentos. Confrontamos as informações com a legislação educacional do período, as atas de reuniões e os livros que registram a história da cidade.

No ato da matrícula, as alunas deveriam se apresentar ao inspetor fiscal, Pe. Mousinho, e à diretora da instituição na época, Ir. Maria Celeste Lustosa, munidas de certidão de nascimento e requerimento de matrícula feito a próprio punho, documentos que atestavam as condições legais exigidas para o ingresso no curso, que incluíam nacionalidade brasileira, certificado de aprovação em exame de admissão, atestado de saúde comprovando sanidade física e mental e ausência de defeito físico ou distúrbio funcional impeditivos ao exercício da função docente, e bom comportamento social, conforme exigidos pelo art. 41 do Decreto Estadual n.º 172/52.

A exigência do atestado de saúde física e mental e do comprovante de vacinação justificava-se devido às práticas médico-higienistas vigentes na época, destinadas a cuidar e orientar a saúde física, mental e social da população, consideradas condições fundamentais para o progresso do país. Doenças contagiosas, falta de vacinação contra a varíola e defeitos físicos eram apontados como fatores impeditivos para a matrícula na escola normal. Não por acaso, os conteúdos relacionados à higiene também estavam presentes no currículo dos cursos normais, estabelecendo códigos de conduta e boas

maneiras, que deveriam ser respeitados dentro ou fora da escola (Marçal, Sganderla e Carvalho, 2022).

A exigência de aprovação no exame de admissão foi evocada pela LOEN/1946, permanecendo até 1971. O exame foi instituído pelo Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, como parte da Reforma Francisco Campos, que regulamentou o ensino superior, secundário e comercial. O exame deveria ocorrer no próprio estabelecimento em que o aluno pretendia se matricular. Eram realizadas provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de geografia, história do Brasil e ciências naturais (Brasil, 1931). Posteriormente, a Reforma Capanema manteve a obrigatoriedade da realização do exame como condição de ingresso ao ensino secundário, conforme previsto na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 4.244 de 09 de abril de 1942) e a qualquer dos ciclos de ensino normal, pela Lei Orgânica do Ensino Normal.

A faixa etária dessa primeira turma variou de 12 a 38 anos, se considerarmos a data da matrícula (março de 1953), sendo o público composto majoritariamente por alunas entre 13 e 16 anos, o que corresponde a 72% do total. Destaca-se a matrícula de uma estudante que tinha 12 anos de idade na data da matrícula, ou seja, abaixo da idade mínima de 13 anos determinada tanto pela LOEN quanto pelo Decreto n.º 172/52. Chama a atenção a aluna mais velha, que tinha 38 anos na data de matrícula, enquanto a idade máxima permitida para a entrada, conforme previsto pela LOEN, era de 25 anos. Essa matrícula só foi possível devido ao Decreto n.º 507, que regulamentou o curso normal rural no estado de Pernambuco, em 27 de julho de 1940, e permitiu o ingresso de estudantes com idade mínima de 12 anos, sem previsão de idade máxima (Pernambuco, 1940, art. 10).

Em relação ao local de nascimento, as estudantes eram predominantemente de Pernambuco (92%). As demais (8%) eram da Paraíba. O nome das cidades de origem não consta no livro de registo, apenas o estado de nascimento. Do total de alunas, 95% residiam nas regiões centrais da cidade de Ribeirão em ruas próximas à escola, que na época funcionava na Rua Barão das Águas Claras, atual Praça Eliseu Lins de Andrade, no

entorno da antiga estação ferroviária, em meio ao comércio local e aos prédios dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

No que diz respeito à ocupação profissional dos pais, de acordo com os dados obtidos junto ao livro de matrícula de 1953, 10 eram filhas de comerciantes (40%), oito de profissionais liberais (pedreiro, mecânico, alfaiate, costureira, serralheiro) (32%), duas de empregados da Fábrica de Fiação e Tecelagem (chefe de escritório e contramestre) (8%), duas de construtores (8%), duas de agricultores (8%), uma de funcionário público (4%). Apesar de não ser possível especificar o porte financeiro desses comércios e empresas (construtores, agricultores e profissionais liberais), se de grande, médio ou pequeno porte, essas eram ocupações de destaque, atividades econômicas ligadas ao desenvolvimento e crescimento da cidade. Quanto aos empregados da Fábrica de Fiação e Tecelagem, não eram operários, mas, sim, pertenciam a categorias profissionais mais elevadas, chefe de escritório e contramestre, conforme já especificado anteriormente.

As famílias das alunas pagavam uma mensalidade de Cr$ 120,00. Embora não tenhamos dados suficientes que nos permitam mensurar o quanto esse valor representaria em termos do custo de vida de uma família na época, passamos a relacioná-lo com o valor do salário-mínimo, que, em 1953, era de Cr$ 1.200,00, ou seja a mensalidade correspondia a 10% desse valor, excluindo-se a parte de enxoval e pertences pessoais das estudantes, valor que pode ser considerado módico ou razoável, conforme era exigido pelo art. 118 do Decreto n.º 172/52 (Pernambuco, 1952).

A escola também recebia subvenções do governo do estado, destinadas a pagar as mensalidades das alunas beneficiadas com bolsas escolares, de acordo com as condições e normas regulamentares estipuladas no Decreto Estadual n.º 163, de 26 de outubro de 1951 (Pernambuco, 1952). Além das subvenções estaduais, a ENRSP recebia também subvenções municipais, ante a inexistência de outras escolas normais oficiais na localidade. Em contrapartida, a instituição era obrigada a manter determinada percentagem de matrículas gratuitas, para alunas reconhecidamente necessitadas, segundo o critério estabelecido pela Secretaria de Educação e Cultura (Pernambuco, 1952). Essas informações indicam a existência de alunas pagantes e não pagantes, ou seja, com perfis socioeconômicos diferentes, convivendo em uma mesma turma.

Em relação às alunas pagantes e não pagantes, pode-se dizer que as famílias perceberam no estudo uma possibilidade de ascensão para seus filhos, e a escola normal agregava capital cultural a suas alunas, como diz Ortiz (2014). Para Bourdieu (1998), a escolarização e a certificação dela decorrente constituem um tipo de capital cultural, que teria como ponto de partida a noção de conhecimento associada às diversas formas de o indivíduo compreendê-lo.

Nas atas dos resultados finais, observamos que, das 25 alunas matriculadas na primeira turma em 1953, apenas 17 concluíram o curso, em 1957. Essa informação também foi encontrada na ata de encerramento da instituição do ano letivo de 1957 e no relatório do Inep[4] – atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – do mesmo ano, que também informa que um total de 79 alunas estavam matriculadas na instituição no ano de conclusão da primeira turma, 18 na 1.ª série e 17 na 5.ª série (Pernambuco, 1957). De acordo com a documentação apurada nesse ano, a instituição matriculou 18 alunas na 4.ª série, 11 alunas na 3.ª série e 15 alunas na 2.ª série – números que corroboram a avaliação do Inep de que os cursos normais no Brasil eram em número pequeno e com matrícula média inferior a 100 alunos.

Em 1965, último ano de funcionamento da instituição como escola normal regional, um total de 109 alunas estavam matriculadas nas cinco séries do curso normal regional, não sendo especificado o número por série (Colégio Savina Petrilli, 1975). Outro dado é que, como única instituição de formação de professoras em Ribeirão, durante o período em que permaneceu como Escola Normal Regional Savina Petrilli (1953 a 1965), a instituição formou nove turmas de regentes de ensino primário, perfazendo um total de 134 professoras, que foram contratadas, em sua maioria, pelos governos estadual e municipal para lecionar nas escolas urbanas e rurais de Ribeirão e região (Colégio Savina Petrilli, 1975).

Por fim, um aspecto importante a destacar refere-se à premiação da aluna que alcançasse as melhores notas durante o curso. A aluna laureada recebia do governo do estado a "cadeira prêmio para o magistério primário", que consistia em um contrato para trabalhar nas escolas do estado (Frazão, 2024, p. 135).

[4] Criado em 1937, como Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, pelo Ministro Gustavo Capanema, para orientar políticas públicas em educação. https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia.

Considerações finais

A fundação da Escola Normal Regional Savina Petrilli, em 1953, na cidade de Ribeirão - PE, fez parte do movimento de interiorização do ensino normal em Pernambuco. Esse processo ganhou força a partir da publicação do Decreto n.º 172, de 9 de janeiro 1952, durante o governo de Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães, que, em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, regulamentou a formação de professores no estado de Pernambuco. O modelo de escola normal regional trazido pela LOEN como uma alternativa para a formação tanto de professores para as escolas rurais quanto para as escolas urbanas, de certa forma, possibilitou a ampliação do número de escolas normais nas pequenas cidades do interior, oferecendo o 1.º ciclo do curso normal, atendendo a especificidades regionais. Em Pernambuco, grande parte dessas escolas foram fundadas por congregações religiosas católicas, sendo também escolas confessionais.

As escolas normais regionais confessionais católicas, especialmente em Pernambuco, contribuíram para a formação de professores do ensino primário na região, formando professoras para atuar em escolas urbanas e rurais nas áreas mais distantes do estado. Assim também foi em Ribeirão com a criação da Escola Normal Regional Savina Petrilli, que assumiu o papel de formar professoras para atender as escolas da cidade e seu entorno.

Por ser uma escola normal regional, a ENRSP oferecia o primeiro ciclo da formação docente, conforme previsto na LOEN, o que correspondia ao curso de professores regentes de ensino primário, com um currículo composto por uma parte geral e outra específica, combinando a legislação nacional (LOEN) e estadual (Decreto n.º 172/52). A presença de disciplinas como Trabalhos Manuais ou Artes Femininas revela a falta de neutralidade do currículo e a feminização da formação oferecida.

Quanto ao público, a escola atendeu a alunas de diferentes condições econômicas, mas que, de forma geral, residiam na zona urbana da cidade. Além das alunas pagantes, havia alunas bolsistas e outras de contribuição reduzida, uma vez que essas escolas, em virtude das subvenções recebidas do governo federal e dos princípios da fé católica, deveriam oferecer condições de acesso àquelas que não poderiam pagar a mensalidade.

Isso aponta para a convivência de alunas de diferentes classes sociais em uma mesma turma, nos permitindo inferir a existência de motivações diversas pela procura da instituição. Para as moças de famílias mais humildes, era uma possibilidade real de ascensão social por meio da formação como professoras regentes.

A análise da cultura escolar da ENRPS também permitiu compreender não somente os valores da fé católica disseminados pelo currículo, através de suas práticas simbólicas de dominação e vigilância sobre as alunas, mas também as novas possibilidades de profissionalização abertas às mulheres no campo educacional, numa época em que o índice de analfabetismo entre a população de 10 anos e mais na Região Nordeste chegava a 72%, na década de 1940.

Inserida em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, com taxas de analfabetismo na Região Nordeste que atingiam cerca de 72% da população com 10 anos ou mais na década de 1940, a ENRSP constituiu-se como um importante espaço de formação. A análise de sua cultura escolar evidencia, por um lado, a transmissão de valores religiosos e morais como instrumento para a produção de subjetividades femininas, articulando formação profissional e conformação social e, por outro lado, a inserção, ainda que de forma restrita e seletiva, de atuação das mulheres no mundo do trabalho.

Estudos comparativos sobre a abrangência das escolas normais regionais e seu papel na ascensão profissional das mulheres, especialmente na segunda metade do século XX, trariam importantes contribuições para o avanço do conhecimento sobre formação e profissionalização docente no estado de Pernambuco.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 71-78, 1996. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/816. Acesso em: 23 dez. 2024.

ANDRADE, Flávio Anício. O Curso Normal Regional e a formação da professora primária rural. *In*: CHALOBA, Rosa Fátima; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka (orgs.).

História e memória da educação rural no século XX. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, v. 1. p. 163-190.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

AZEVEDO; Eliana Nunes de Oliveira; ANJOS, Iracema Santos Carvalho dos; CORRÊA; Rosa Lydia Teixeira; FARIA, Thais Bento; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. Políticas de formação de professores primários rurais nos estados do Paraná e de Pernambuco (1930-1960). *In*: CHALOBA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Marcioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de (org.). **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 301-327.

BARROSO, João**. Cultura, cultura escolar e cultura de escola: princípios gerais da administração escolar online,** São Paulo, v. 1, p. 181-199, 2012. Disponível em: http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262. Acesso em 08 nov. 2024.

BANDEIRA, Emerson Sávio Leal. **Entre propostas e programas:** análise da implementação do Curso Normal Rural no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Petrolina- PE, 1929-1949). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2018.

BELLO, Ruy. **Subsídios para a história da educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Decreto-lei n.° 8.530, de 1 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/legislacao/. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. **Inquérito do serviço de estatística da educação e saúde**. [Rio de Janeiro]: Ministério da Educação e Saúde, 1951.

BRASIL. **Oportunidade de formação do magistério:** Pernambuco estudos e levantamento de ensino normal. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – INEP; Ministério da Educação e Saúde – MEC, 1959.

BRASIL. **Lei n.° 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1961. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 1 nov. 2024.

COLÉGIO SAVINA PETRILLI. [**Histórico do Colégio Savina Petrilli**]. Ribeirão: Colégio Savina Petrilli, 1975.

ESCOLANO BENITO, Agustín. La invencion del tiempo escolar. *In*: **O tempo na escola**. MIGNOT, Ana Christina Venâncio; FERNANDES, Rogerio (orgs.). 1. ed. Porto: Profedições, 2008. p. 34-53.

FRAGO, Antonio Vinão; ESCOLANO, Austín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRAGO, António VIÑAO. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação,** [Maringá], v. 8, n. 3 [18], p. 173-215, 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/4081. Acesso em: 14 abr. 2026.

FRAZÃO, Anna Paula Ferreira de Melo. **Escola Normal Regional Savina Petrilli:** cultura escolar e formação de professoras em Ribeirão – PE (1953-1972). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2024.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749. Acesso em: 14 abr. 2026.

MARÇAL, Monica Teresinha; SGANDERLA, Ana Paola; CARVALHO, Diana Carvalho de**.** O discurso médico e higienista sobre a infância na formação de professores nas primeiras décadas do século XX em Santa Catarina. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 112-138, 2022. DOI: 10.5965/1984723823532022112. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20159. Acesso em: 16 jan. 2025.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre letras e bordados:** o tecer das tramas na história das normalistas. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MASTROBUONO, Carla Mirella; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A psicologia da educação no curso normal de uma escola confessional católica da cidade de São Paulo (1941-1961). **Psicologia da Educação**, [São Paulo], n. 22, p. 53-78, 1 sem. 2006.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge. **História e memória da formação docente em Ituiutaba - MG**. 227 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MORAES, Andréia Demétrio Jorge; SANTOS, Sônia Maria. Currículo e formação docente nas escolas normais de Ituiutaba, MG. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 3., 2015, Catalão, GO. **Anais** [...]. [Catalão: EHECO], 2015. p. 11- 27. Disponível em: https://eheco2015.files.wordpress.com/2015/09/currc3adculo-e-formac3a7c3a3o-docente-nas.pdf. Acesso em: 18 jan.

NEIVA, Ismael Krishna de Andrade. **Educação musical escolar:** O canto orfeônico na Escola Normal de Belo Horizonte (1934-1971). 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2008.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares:** por que e como pesquisar. 2. ed., Campinas: Editora Línea, 2013.

NÓVOA, Antônio. História da educação: percursos de uma disciplina. **Análise psicológica**, Lisboa, ano XVI, n. 4, p. 417-434, 1996.

PERNAMBUCO. **Decreto n.° 172. de 9 de janeiro de 1952**. Aprova o Regulamento do Ensino Normal do Estado de Pernambuco. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1952.

ROSA, Nícolas Giovani da, BÚRIGO, Elisabete Zardo. Trajetória do curso normal: um passeio pela legislação (1971-2018). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 5., Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/6223. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Adriana Batista da. **Formação de professores primários rurais:** uma análise dos programas de ensino (Pernambuco, 1933- 1940). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2016.

SOUZA-CHALOBA, Rosa Fátima de. A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e84533, 2022. Disponível em: https://doi. org/10.1590/1984-0411.84533. Acesso em: 20 nov. 2024.

TANURI, Leonor Maria História da formação de professores. **Revista Brasileira De Educação**, [Rio de Janeiro], v. 14, p. 61-88, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2024.

VIEIRA DA COSTA, Eremilda. **De Augsburg para Pernambuco:** Irmãs franciscanas de Maristella formando professoras - Timbaúba/PE, 1938 a 1950. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Recebido em: 11/04/2025
Revisões requeridas: 31/03/2026
Aprovado em: 28/04/2026

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 27 - Número 64 - Ano 2026
revistalinhas.faed@udesc.br